

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

Alberto Luís Araújo Silva Filho[†]

Chantal Mouffe é uma cientista política pós-marxista belga. Pesquisadora Sênior do Centro de Estudos sobre Democracia da Universidade de Westminster, na Inglaterra. Outras obras da autora incluem: *The return of political, Hegemony and Socialist Strategy* (em parceria com Ernesto Laclau), *The dimensions of radical democracy, Gramsci and Marxist Theory, Deconstruction and Pragmatism, The democratic paradox* e *The Challenge of Carl Schmitt*.

A ascensão dos populismos de direita, o descrédito por parte da população nas instituições políticas das sociedades ocidentais contemporâneas e a incapacidade recorrente dos que ocupam cargos nos gabinetes e parlamentos em responder as demandas que emergem dia após dia no âmbito da sociedade civil são questões que intrigam desde simples cidadãos que se deparam com os noticiários, passando por hábeis *policymakers* ocupados no interior das burocracias e chegando até os mais argutos analistas e cientistas políticos.

O que teria gerado esse cenário no qual as democracias representativas se distanciam significativamente das expectativas populares, dando origem a fenômenos que ameaçam a própria coesão dos regimes democráticos? Para Chantal Mouffe, em seu mais novo livro, *Sobre a democracia*, traduzido e publicado no Brasil pela Editora WMF Martins Fontes, uma visão muito peculiar dos fenômenos que cercam o poder intitulada por ela de “pós-política” teria sido a responsável pelo ponto no qual chegamos até aqui.

De acordo com a abordagem de Mouffe, até a época da Guerra Fria, na qual vigorava a bipolaridade entre EUA e URSS, estava em alta a consideração de partidos políticos e sindicatos como importantes mecanismos de representação e a exaltação do binômio esquerda/direita como uma fronteira ideológica bem demarcada de projetos hegemônicos em disputa nas lutas políticas.

Com a queda do Muro de Berlim, começam a ganhar impulso narrativas teóricas “pós-socialistas”, “pós-estruturalistas” ou “pós-industriais”, que a autora do livro enquadra sob o termo de “pós-políticas”, já que passam a negar a existência de confrontos de visões de mundo na esfera pública, tornando-os algo maléfico para a democracia, e pregar uma assimilação consensual de distinções muitas vezes irreconciliáveis, fato que guarda uma sutil afinidade com o racionalismo intrínseco à parte do pensamento liberal. Para Mouffe, essa substituição do confronto de projetos pelo consenso de ideias na *polis* não só é fruto de uma compreensão deficiente de como funciona a política, mas quando posta em prática acarreta em uma série de

[†] Alberto Luís Araújo Silva Filho é graduando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí, membro do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Marcadores Sociais da Diferença (CNPq) e do Grupo de Estudos sobre Teoria Política Contemporânea (DOXA), vinculado ao Grupo de Pesquisa sobre Instituições e Políticas Públicas (CNPq).

consequências negativas. O argumento desenhado por Chantal até aqui e no restante do livro se vale de uma série de categorias do jurista alemão Carl Schmitt.

Na medida em que deixam de fazer sentido conceitos tradicionais que delimitavam o campo político e passam a predominar concepções que visam à produção de acordos racionalmente motivados, eliminando o elemento conflitual da cena política, os interesses circundantes nas sociedades são incapazes de se expressar de maneira adequada. Com isso, torna-se muito mais fácil o surgimento e o sucesso de figuras radicais que questionam os pressupostos dessa conciliação e mesmo os próprios pilares que dão sustentação à democracia.

Quando da materialização desse fenômeno, a disputa, ao invés de ser encarada em termos adversariais como tradicionalmente ocorrera, passa a ser enfrentada sob o ângulo moral por meio da distinção nós/eles e bom/mau. Para ilustrar essa situação não faltam exemplos no livro de Mouffe, que explica como se deu a ascensão do Partido da Liberdade Austríaco (FPÖ), legenda em vias de extinção que deu uma guinada questionando a coalizão entre conservadores e progressistas que predominou durante vários anos na Áustria e cita alguns êxitos momentâneos do populismo – como foi o caso do ganho considerável no número de cadeiras para o Partido da Independência nas eleições europeias de 2004.

A insurgência dessas correntes, às quais muitas vezes é atribuída a alcunha de “extrema-direita” ou “fascista”, nada tem a ver com o irracionalismo das massas tal qual escrevera Gustave Le Bon na década de 1920. O que Mouffe faz é ir a outro sentido, dando uma explicação eminentemente política para o fato.

Mesmo trabalho que Pipa Norris tentou fazer em *Radical right: parties and electoral competition*, livro de 2005, em um contexto no qual o isolacionismo e a xenofobia não estavam tão em voga. Para a cientista política belga, somente a absorção da confrontação pode proporcionar durabilidade às democracias. Os projetos hegemônicos em disputa, tanto à direita quanto à esquerda, devem entrar em consenso apenas no que diz respeito a alguns elementos fundamentais à manutenção do regime democrático. A interpretação desses elementos e modo de implementá-los caberá àqueles que estiverem ocupando o poder no momento. Com isso, ao invés de adotarmos uma perspectiva antagonista da disputa política, baseada em pressupostos morais, teríamos uma perspectiva agonista, na qual a busca pela hegemonia se dá expressando os antagonismos de classe existentes na sociedade e respeitando os limites do jogo democrático, já que para ela não há como haver um pluralismo liberal sem divergências de ideias.

Mouffe aproveita as páginas do seu livro não só para atacar a visão “pós-política” em si, denotando todas as suas consequências, mas põe em evidência as ideias de alguns de seus principais representantes. Dois deles, a quem dedica tópicos valorosos, são os sociólogos Anthony Giddens e Ulrich Beck.

Giddens ajudou a reforçar o “pós-político” através da sua terceira via, uma vertente centrista radical que tentou conciliar ideias liberais e de justiça social e que teve muito impacto no Novo Trabalhismo inglês. Já Beck ficou marcado pelo seu argumento da “modernização reflexiva”, que viria em lugar da “modernização simples” ou “modernização iluminista”. Nela, deixam de fazer sentido entidades, como partidos políticos, e princípios, como o da competição.

Estaríamos agora em um momento propício para a concretização de uma “democracia sem partidos”, da “sociedade civil global”, da “democracia cosmopolita” e da “boa governança”: conceitos que caminham intrincados com a noção fukuyamiana do “fim da história”.

Sobre o político é antes de tudo um manifesto contra esses e outros modismos teóricos e anti-políticos que emergiram com a escalada da globalização. Serve como um alerta para todos os pensadores que embarcaram na *demárche* deliberacionista e ignoraram que toda e qualquer construção política nas sociedades democráticas requer a tomada de posições alternativas que não se adequam às visões holísticas presentes na obra de boa parte dos sociólogos pós-1989. Além de caminhar nesse sentido, a contribuição de Chantal se dá sobretudo na sua proposição de derrubada da hegemonia neoliberal, pois somente a partir do entendimento de que através da montagem de uma arena pública agonista e radicalmente democrática é que será possível enfrentar a corrente político-econômica predominante, constituindo novos meios de reflexão e ação para mudar a realidade.